

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta de Vitória

Class.: 10

Data: 21/04/83

Pg.: _____

1970 Funai nega que índios serão emancipados

O delegado da 11ª região da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Roberto Grossi, negou, ontem, que exista, por parte do órgão federal, qualquer intenção em promover a emancipação das mais de 100 famílias de índios Tupiniquim distribuídas em Caieiras Velha, Comboios e Pau Brasil. Grossi explicou que não há nem mesmo possibilidade jurídica para a emancipação compulsória dos índios, e, por outro lado, anunciou, para "curto prazo, solução para o remanejamento das mais de 40 famílias de posseiros que se encontram em Caieiras Velha.

Os índios denunciaram a possível emancipação no último dia 19, Dia do Índio, quando relacionaram o fato a um levantamento feito pela antropóloga Lúcia Helena Soares de Melo, em 82, que concluiu, segundo o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Fábio Villas, ser a Tupiniquim uma etnia extinta. Carlos Grossi confirmou a realização do levantamento, mas frisou: "Ele se realizou para que fosse conhecida a realidade do local, no que diz respeito às pessoas que o ocupam. Constatou-se a presença de mais de 40 famílias de posseiros, cujo objetivo, com o trabalho, era justamente equacionar esse problema".

EMANCIPAÇÃO

"Qualquer um que possua sensibilidade e que conheça o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973) vai concluir que nada do que foi informado sobre um possível plano de emancipação dos índios é verdadeiro. Não existe nenhuma possibilidade jurídica para a emancipação compulsória, uma vez que quem deve requerer a emancipação é o próprio índio. Se tem 21 anos, conhece a língua portuguesa, possui habilitação para exercício de atividade útil na comunidade nacional e detém razoável compreensão dos usos e costumes dessa mesma comunidade, ele estará apto a solicitá-la em juízo", explicou.

Sobre o estudo feito pela antropóloga Lúcia Helena (o qual Fábio Villas acredita ter sido baseado nos "critérios de indianidade", rejeitados pelo

Cimi), o delegado da Funai frisou: "Tudo foi feito com base na Lei 6.001; não foi utilizado nenhum outro critério. Aliás, eu não conheço os tais critérios de indianidade, nem sei como funcionam". Grossi encaminhou, ontem mesmo, via rádio, uma mensagem aos Tupiniquim, desmentindo a emancipação, empenhando sua palavra de que nada disso acontecerá e frisando o respeito da Funai pela comunidade indígena radicada no Espírito Santo.

POSSEIROS

Em relação aos posseiros, ele explicou que entendimentos vêm sendo mantidos entre a Funai e a Prefeitura da Serra, no sentido de as mais de 40 famílias que ocupam parte da área demarcada em favor dos índios virem a ser reassentadas em outro local. "No levantamento, foram identificados os ocupantes da região, entre índios e não-índios. A prefeitura, com quem a Funai já vinha mantendo entendimentos há tempo, agora, através do atual prefeito, manifestou-se favoravelmente em relação a se adotar medidas que visem evitar um problema social com a retirada dos posseiros da região", disse ele.

A prefeitura, segundo explicou Grossi, poderia participar oferecendo lotes, na área urbana, aos posseiros, e a Funai, atualmente, vem tentando alocar recursos federais para a indenização das famílias, algumas há mais de 10 anos no local. "Os índios querem a retirada dos posseiros e nós estamos nos empenhando no sentido de encontrarmos a solução mais acertada para o problema", argumentou.

No que diz respeito à ida de funcionários da Funai à reserva de Caieiras Velha, com o objetivo de identificar, com placas, todo o material lá instalado (barcos, redes e um trator) como patrimônio do órgão, Grossi explicou: "Tudo aquilo é bem do patrimônio indígena, portanto, pertence às comunidades indígenas. Mas eu mesmo entendi o porquê da não-aceitação do fato pelos Tupiniquim: eles temem que, daqui a alguns anos, o material seja remanejado para outra reserva, e eu considerei justa a argumentação. Tanto que remeti para Brasília o processo".